



Correspondência ao resenhista
 1 Fernanda Aragão Mikolaiczuk
 E-mail:
fernandamikolaiczuk@hotmail.com
 Universidade Federal de Santa
 Catarina, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/0387931527667086>

Submetido: 5 jun. 2018
 Aceito: 25 jul. 2018
 Publicado: 15 out. 2018

[doi> 10.20396/riesup.v5i0.8652634](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8652634)
 e-location: e019008
 ISSN 2446-9424

Checagem antiplágio




Distribuído sobre



Da universidade à commoditycidade: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado

From university to commodity: or how and when, if education/formation is sacrificed on the altar of the market, the future of the university would be somewhere in the past

De la universidad a la *commodity*: o de cómo y cuándo, si la educación/formación es sacrificada en el altar del mercado, el futuro de la universidad se situaría en algún lugar del pasado

Fernanda de Aragão Mikolaiczuk¹ 
¹ Universidade Federal de Santa Catarina



BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017. ISBN 978-85-759495-3. 14 x 21 cm.

Refletir sobre a Universidade, historicamente concebida como *locus* da Educação Superior, interessa a todos que vivem em sua órbita – estudantes, professores, técnicos –, como àqueles que a veem como importante instituição produtora de saber científico e formação humana integral. Por isso mesmo, constituiu-se, ao longo do tempo, como síntese das relações sociais em que esteve inserida. No século XXI, disputa-se a hegemonia econômica, política e cultural sobre esse nível de ensino, interesses sociais burgueses perpassam os projetos educativos realizados nas Instituições de Ensino Superior (IES), coerentemente alinhados ao atual estágio de desenvolvimento capitalista: o financeiro. As discussões postas para debate na obra objeto desta resenha – *Da universidade à commodity*: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado –, de autoria de Lucídio Bianchetti e Valdemar Sguissardi, situam o leitor quanto ao projeto de classe burguês que a domina, materializado nas formas mercantis que a atingem.

No Capítulo I, *Universidade, tutela e políticas educacionais: da instituição medieval à moderna. Alguns antecedentes da situação atual*, os autores têm em vista demonstrar como a Universidade – antes *locus* privilegiado do ensino superior – adquire diferentes funções, dependendo dos interesses específicos aos quais atende. Em cada período histórico sua organização indica como seus objetivos proclamados estão intrinsecamente ligados aos seus tuteladores. Na Idade Média, a criação da Universidade pela Igreja Católica contribuiu para a perpetuação da hegemonia cristã, bem como para “[...] reforçar e proteger a fé contra as heresias” (p. 18). As iniciativas de ensino superior eram pontuais e orientadas à parcelas restritas da população, centrando sua atuação no que caracterizamos atualmente como ensino. Com os movimentos reformista e contrarreformista do século XVI, a Universidade adquiriu novos tuteladores – católicos, protestantes, aristocratas –, porém mantendo sua linha de atuação. No século XIX, identificou-se com os ideais da Revolução Francesa (1789). Emergiu a “questão social” e, do ponto de vista dos autores, configuraram-se novos tuteladores, a burguesia e o Estado. Suas atribuições sinalizam timidamente para o ensino, a pesquisa e a extensão e, para as ideias iluministas de universalidade, publicidade, gratuidade e laicidade. Atendendo aos interesses do novo modo de produção social – o capitalismo –, a formação de especialistas por ela realizada segue a lógica da divisão técnica e social do trabalho. Nesse contexto de modernidade, os autores iniciam a discussão sobre a Universidade atual, do século XXI, problematizando o caráter flexível do “ideal educativo” (p. 28) e delimitando seu novo ente tutelador: o mercado; de fato, trata-se da tutela do Capital. Um conjunto de instâncias e formas jurídicas compõe a Universidade (pública e privada), dando ênfase ao que teria incidido na sua metamorfose, subsumindo sua forma universalista à noção atual de “Educação Superior”, percebida como “organização social”, mais conhecida por suas unidades corporativas, lideradas por grupos de empresas nacionais e/ou transnacionais, que “se dedicam a oferecer ensino, buscando auferir lucros da educação como mercadoria” (p. 30).

No Capítulo II, *Brasil: de instituições de ensino superior tuteladas – passando por experiências fundantes – à regulação*, os autores situam brevemente o leitor quanto ao percurso histórico do ensino superior no país, da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, até a ascensão, no século XXI, desse nível de educação à Bolsa de Valores. Discutem, com pertinência, como a experiência brasileira inicial de ensino superior negou o *ethos* da “Universidade”, instituindo um modelo de formação realizado por meio de “faculdades isoladas” (modelo neonapoleônico) – de Direito, Medicina, Engenharia, principalmente. Até 1920, ano da consolidação do que veio a ser a primeira universidade brasileira (atual UFRJ), a tutela do ensino superior pertencia ao Estado e aos grupos dominantes que dele se utilizavam

para assegurar sua hegemonia – formando os quadros de governantes e administradores –, negligenciando a formação humana geral, assim como a formação de professores. Problematizam a implementação de três universidades públicas, nos anos de 1930 e 1960, que consubstanciaram o desejo de um modelo de ensino superior neo-humboldtiano (ensino e pesquisa), contrariando a regra do modelo neonapoleônico (ensino de caráter profissionalizante), caracterizado por cursos direcionados ao conhecimento utilitário, prático e imediato. Os mentores das Universidades de São Paulo (USP, 1934), do Distrito Federal (UDF, 1935) e de Brasília (UnB, 1962), Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Anísio Teixeira mais Darcy Ribeiro, respectivamente, pretendiam “resgatar o sentido original de *universitas*” (p. 43). Interessante observar como os autores do livro relacionam importantes documentos educacionais da época com a criação dessas universidades, a exemplo do *Inquérito sobre a educação pública no estado de São Paulo*, de 1926, do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, de 1932 e da *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, de 1961. Para o leitor interessado no tema docente, assinalam que essas instituições preocuparam-se com a formação de professores e buscaram implementar institutos e faculdades de educação, espécies de “instituições aglutinadoras no interior dessas universidades” (p. 60). Os autores situam, ainda, a estratégia política e cultural de criação dos cursos de mestrado e doutorado como elementos fundamentais para “renovar, reconstruir, transformar a universidade” (p. 61) por meio do ensino de quarto nível. Mencionam a criação, em 1951, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o *Parecer n° 977*, de 1965, do Conselho Federal de Educação (CFE), essenciais para compreender o processo histórico do ensino universitário no país. Ao discutirem o *Parecer 977/65*, sintetizam a criação da pós-graduação brasileira, ressaltando que os cursos de mestrado objetivavam formar professores e os de doutorado pesquisadores. Ainda nesta seção, os autores contribuem para pensar o imperialismo norte-americano e sua materialização via educação, por meio do debate sobre os modelos que deram embasamento tanto para o nome quanto para o sistema da pós-graduação brasileira. Ademais, acrescentam às discussões a instituição de uma formação para além da formação *stricto sensu*, a modalidade *lato-sensu*, as especializações.

No último capítulo, *À commoditycidade*, discutem a essência do livro: como as IES, nos dias que correm, são reguladas pelas leis do mercado, afastando-se do ideal *universitas*. Problematizam a sua expansão pela via da privatização mercantil, bem como o aumento no número de matrículas nesse tipo de instituição, caracterizando um novo perfil de aluno: o aluno-cliente. A atuação do mercado, regulando tanto a forma como o conteúdo do ensino superior, sinalizam os autores, é uma “tendência que já se revela hegemônica” (p. 78) e sintetiza o processo de *commoditycidade* da universidade ou sua mercadorização ou mercantilização. Nesse processo, a educação é concebida como meio de potencializar lucros e, por isso, se torna mercadoria vendável no “altar do mercado” ou na Bolsa de Valores. O aluno é o cliente que compra um ensino pragmático e utilitário e o professor é reduzido à figura de tutor, responsável por entregar o profissional ao mercado. Demonstrem a gravidade da situação ao abordarem o caso da Associação Catarinense das Fundações Estaduais (ACAFE), ou Sistema ACAPE, que durante muito tempo foi hegemônica em relação à educação superior privada no estado, disputando espaço somente com as universidades públicas, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), minoritárias na oferta de matrículas, embora o estado conte ainda com a recém-criada Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). A exposição demonstra como o avanço do sistema privado-mercantil sobre a educação superior confronta não apenas as IES públicas, como também as instituições públicas de direito privado do Sistema ACAPE. Tais IES estariam “preocupadas em conseguir clientes para sua educação-mercadoria” (p. 84),

pois tomariam a educação como serviço. Gráficos e tabelas demonstram a evolução das matrículas no ensino superior, destacando o confronto entre as instituições de direito privado, as particulares e as públicas, assim como, demarcam o avanço mercantil exponencial nos anos de 2007-2008. Aqui, os autores problematizam a desresponsabilização estatal pela educação superior, com a consequente subordinação da “universidade” a si, demonstrando para o leitor que o caso catarinense apenas exemplifica o processo de privatização em curso em nível nacional. Para ambos, o Estado não detém a tutela da educação superior, o que o configuraria como Estado Educador, transformando-se então, nos dias de hoje, em Estado Avaliador, responsável por ranquear as IES, entre elas as que vendem ensino superior. Ao tematizarem a transformação do ensino em mercadoria – *commodity* –, materializada na expansão do ensino privado-mercantil, discutem as formas monopolizadas de sua oferta. A abertura de capital de empresas educacionais na Bolsa de Valores – BM&F Bovespa¹ –, possibilitou que ações fossem comercializadas por diferentes investidores, provocando a formação de monopólios no setor por meio da aquisição, fusão ou incorporação de empresas educacionais. Fica claro ao leitor o exercício linguístico feito com a palavra *commodity*, da qual derivou *commoditycidade*, e sua intenção de descrever o processo de transformação da concepção clássica de Universidade em uma instituição que produz mercadoria a ser negociada no mercado financeiro de ações, mas não só, cujo fim educacional passa a ser o “pregão da bolsa”. A *commoditycidade*, para eles, estaria inserida num processo mais amplo de “transnacionalização” no qual os fundos de investimento na educação superior seguem a lógica do setor financeiro, “hoje hegemônico na economia em âmbito nacional e internacional” (p. 96). Como exemplo, apresentam dados chocantes sobre a fusão ou incorporação de importantes empresas do ramo educacional – chamadas companhias –, expondo o processo de expansão e mercantilização da educação superior pela via do mercado financeiro. As 12 maiores companhias citadas, em ordem de representatividade, são: Kroton; Anhanguera; Estácio; Unip; Laureate; Uninove; Unicsul; Anima; Ser Educacional; Whitney; Devry e Tiradentes. Em 2013 e 2014, as duas primeiras consolidaram uma fusão que resultou no “maior grupo educacional do mundo, com cerca de um milhão de alunos-clientes” (p. 98), e potente oligopólio que resultou na concentração de matrículas, levando a que, em 2013, esse grupo de 12 companhias detivesse cerca de 40% do sub-setor – ou 2.140 milhões das 5.448 milhões de matrículas na educação superior. Finalizam sua contribuição evidenciando a função do Estado Avaliador ou Regulador, particularmente o *Projeto de Lei n° 4.372*, de 2012, cujo objetivo é a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (INSAES), “espécie de ‘superagência’ de regulação” (p. 103) estatal a serviço do Capital, importante tutelador em presença. Para eles, é necessário regular para ranquear e os maiores interessados nesses resultados são os empresários do ramo educacional, que podem manejar os resultados como lhes for conveniente. A institucionalização da avaliação interessada afasta-se do caráter formativo da proposta de *universitas* para servir aos interesses mercantis e ao seu jogo de compra e venda no mercado de ações. Neste “altar”, são sacrificados os anseios de uma Universidade pública, gratuita e de qualidade.

Conforme o título principal da obra – *Da universidade à commoditycidade* –, os autores recuperam elementos da história para debaterem o *locus* privilegiado do ensino superior no século XXI, a Educação Superior, e como a Universidade, agora secundarizada, se situa nesse percurso de embates entre tuteladores no interior da luta de classes que marca a sociedade capitalista. Nesse processo, ressaltam a emergência do fenômeno da financeirização neste nível de ensino, abrindo, ao lado de poucos outros pesquisadores, novo

¹ Hoje denominada B3 em alusão aos elementos Brasil-Bolsa-Balcão, fruto da conjugação entre a BM&F BOVESPA.

campo de estudos. Para além de uma periodização histórica acerca da educação superior e a forma que deveria ser privilegiada – a Universidade –, Bianchetti e Sguissardi proporcionam ao leitor, por meio de uma linguagem acessível, mas não menos complexa, um debate atual e necessário: a tutela do Capital sobre a formação do intelectual, do pesquisador, do professor e, por decorrência, do trabalhador no Brasil.

Referência

BIANCHETTI, Lucídio; SGUISSARDI, Valdemar. **Da universidade à commoditycidade:** ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017. ISBN 978-85-7591-495-3.